

OS PROGRAMAS DE APOIO SÓCIO-EDUCATIVO E O TERCEIRO SETOR

Mariane Delatin Rodrigues¹
Vanessa Cristina de Vasconcelos²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar a realidade no sistema educacional vivenciada pelas crianças e adolescentes dando ênfase àqueles em situação de risco pessoal e social. Traz ao debate a configuração do Terceiro Setor, caracterizando o papel do Estado, conceitos, características etc e por fim descreve a proposta social e legal dos programas de apoio sócio-educativo realizadas em período alternado à escola, como uma proposta fundamental na vida de crianças e adolescentes que vivenciam as inúmeras situações de risco pessoal e social. Considerando a família, a escola, o projeto e a comunidade, como artefatos fundamentais no processo de construção do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Terceiro Setor e Programas de Apoio Sócio-Educativo.

Introdução

Com a Constituição Federal de 1988, a Educação se torna direito de todos e dever do Estado e da família (C.F./88, art. 205), visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício e sua qualificação para o trabalho, onde seu acesso é reconhecido como

¹ Assistente Social pela Instituição Toledo de Ensino “Antonio Eufrásio de Toledo” – Pós Graduada (latu sensu) em Política Social e Gestão de Serviços Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/PR, mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/PR, telefone: (18) 3263-3090, e-mail: marianedelatin@bol.com.br

² Assistente Social pela Instituição Toledo de Ensino “Antonio Eufrásio de Toledo”, Pós Graduada (latu sensu) em Política Social e Gestão de Serviços Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/PR, mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/PR, telefone: (18) 3269-1011, e-mail: vanessinhavasconcelos02@yahoo.com.br

um dos direitos sociais (C.F./88 art. 6º). Esse mesmo direito é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Entretanto, o direito garantido em Lei, não vem sendo assegurado de forma satisfatória: a inserção em políticas educacionais, desde a Educação Infantil, não tem sido universalizada devido às vagas insuficientes. Grande parte da população deixa de ter acesso não só ao ensino, mas também a um ensino de qualidade, levando ao reforço das desigualdades sociais e econômicas, à medida que não há acesso quantitativo e qualitativo ao ensino público.

Dessa forma, nos últimos anos observamos um aumento significativo da atuação de organizações do Terceiro Setor voltadas para as várias ações sociais como a assistência social, saúde, educação, meio ambiente, cultura etc. Como apresenta Costa (2003, p. 88):

Esse fenômeno tem ocorrido mundialmente dentro de um processo maior de reorganização do capital e do mundo do trabalho na proporção em que as crescentes demandas de atendimento às necessidades sociais da população não encontram soluções adequadas a partir das ações do Estado.

Essas organizações passaram gradativamente a ocupar também o espaço público até então considerado como esfera exclusiva do Estado.

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001, p.7)

Diante deste contexto, as organizações não governamentais de apoio sócio-educativo complementar à escola vêm se destacando com propostas pedagógicas distintas e avançando na garantia e acesso aos direitos.

A educação tem de ser interativa. Interatividade é uma palavra forte, porque tem a carga da ação, do agir. Interatividade não se dá só na relação entre educador e educando; dá-se, também, na relação deles com a comunidade em que estão inseridos, com o

corpo de funcionários existentes na instituição, com as famílias dos educandos, ou seja, a educação se dá dentro de um contexto (FREI BETTO, 2003 p.107).

Na perspectiva de educação como direito é que pretendemos expor neste artigo a importância do Terceiro Setor e mais especificamente os Programas de Apoio Sócio Educativo realizado pelas organizações pertencentes ao mesmo.

1. A realidade de nossas crianças e adolescentes frente à educação.

As crianças e adolescentes estão cada vez mais desmotivados a freqüentar as salas de aulas, levando à evasão e repetência ou, quando concluem o ciclo de ensino, saem despreparados, sem qualificação alguma, o que refletirá em seu futuro pessoal e profissional. Portanto, percebemos que há um grande esforço das pessoas não apenas para ingressarem no ciclo do ensino, mas, sobretudo para permanecerem nele.

Neste cenário de contradições e desafios, discute-se a acelerada exigência de atualização tecnológica da escola e enfrenta-se a dura constatação de que um significativo número de crianças de escolas brasileiras ainda não sabe ler e compreender um texto simples. São essas incongruências que fermentam o sentido de urgência na concretização dos avanços em educação no Brasil (GUARÁ, 2003, p. 33).

Muitas das crianças e adolescentes, pertencentes a famílias em situação de pobreza e exclusão social, são forçadas a abandonar a escola para trabalhar e ajudar na renda familiar. Dessa forma, ao trabalharem ou trabalhando e estudando, nem sempre conseguem conciliar essas atividades tendendo a permanecerem pouco ou quase nada qualificados, o que as condenam ao fracasso escolar.

Os índices ainda altos de fracasso e repetência escolar evidenciam a seleção perversa que nega a uma parcela da população infante-juvenil a possibilidade de completar sua formação, empurrando-a para o trabalho precoce, para as ruas e para o empobrecimento crônico. (GUARÁ, 2003, p. 33).

Ainda, conforme Kaloustian (2000, p. 121):

Deixar a escola para trabalhar; permanecer, mas repetir o ano escolar; sair e voltar à escola segundo as maiores ou menores pressões para trabalhar – este é o ciclo repetitivo da relação trabalho/ escola das crianças pobres, isto é, da metade da população indigente brasileira. Que os programas de combate à pobreza comecem por aqueles que lhes são especialmente afetados parece-nos, além de justo, lógico e urgente.

Quando uma criança ou um adolescente está à margem do processo de exclusão educacional, percebe-se que a escola é a primeira que estes abandonam, pois não conseguem ter a perspectiva de ascensão social através dos estudos. “Afetados em sua autoconfiança, esses alunos desacreditam de sua competência para aprender, desistem da escola e enterram a esperança de sonhar com um futuro digno”. (GUARÁ, 2003, p.33)

Assim, temos a construção de um cenário sem expectativas e anseios. Muitos não têm exemplos satisfatórios dentro do âmbito familiar, pois os pais são menos escolarizados que os filhos, possuindo um nível sócio-econômico baixo.

Neste contexto, acredita-se que a rede de ensino deve ter a gestão pedagógica como um eixo central do processo educativo, ressaltando a sua responsabilidade pela dimensão educacional, com um enfoque social, além de definir de forma precisa os objetivos e os meios de avaliação e oferecer melhores condições, seja na estrutura física ou na formação de professores.

2- O Terceiro Setor em evidência

Vivemos em um mundo globalizado que trás consigo um mercado cada vez mais exigente e ao mesmo tempo excludente, gerador do crescimento do desemprego e subemprego. Conseqüência do sistema neoliberal vigente que valoriza o setor financeiro em detrimento do desenvolvimento social. Conforme apresenta Costa (2003, p. 89):

Significativos acontecimentos históricos, de caráter político, econômico e social marcaram definitivamente o mundo contemporâneo, somados ao avanço tecnológico e científico. Novos temas como a globalização, mercado internacional, neoliberalismo, privatização, responsabilidade social, controle social, gestão pública, passaram a constituir o cenário de

discussões e/ou decisões relacionadas a políticas públicas que pudessem dar conta de questões emergentes que passaram a afetar, direta ou indiretamente, países, governos e populações.

Temos um Estado cada vez mais distante das situações que emergem da sociedade e nessa reconfiguração das relações entre o Estado e a sociedade civil, o primeiro vem deixando de ser o executor das políticas sociais, assumindo o papel de regulamentador, fiscalizador e fomentador omitindo as suas responsabilidades diante da intervenção da questão social, transferindo para a segunda o que seria de sua competência. Como aponta Meireles e Aouar (2002) zaços Programas de Apoio SComo aponta Meireles e Aouar :

A lógica atual difundida no contexto da globalização das relações mundiais, segundo a qual deve haver uma intervenção cada vez menor do Estado nas questões sociais o que leva à reorganização da sociedade civil para suprir esta deficiência. (Meireles, Aouar, 2002, p.01)

Com a transferência de responsabilidades para a sociedade civil, várias denominações foram dadas para os grupos de organizações que surgiram, como: organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, Organizações Não Governamentais- “ONGs” , terceiro setor. Como melhor denominação, utilizaremos o termo Terceiro Setor, em que:

[...] constitui o conjunto de atividades das organizações da sociedade civil, portanto organizações criadas por iniciativas de cidadãos, que tem como objetivo a prestação de serviços ao público em áreas como saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente, desenvolvimento do ser humano. (FERNANDES, 1994, p. 19)

O Terceiro Setor surgiu durante os três primeiros séculos no Brasil, basicamente no espaço da Igreja Católica com uma visão de caridade cristã, emergindo nos anos 1990, em que expandiu rapidamente. Neste cenário, o Estado que deveria efetivar as políticas sociais, passa a se posicionar na contramão, ou seja, retrai suas responsabilidades e ações no campo social.

A partir da década de 90 com o neoliberalismo (maximização do mercado e minimização do Estado) há a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, propondo um Estado Mínimo, que pouco interfere no trato da questão social: “São políticas casuísticas,

inoperantes, fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos” (PASTORINI, 1997, p.82).

Segundo Germano (1997, p.123) as políticas sociais, especialmente na América Latina têm sido orientadas basicamente pelas seguintes estratégias:

- ⇒ o corte dos gastos sociais;
- ⇒ a privatização, lucrativa e não lucrativa, dos serviços sociais;
- ⇒ a descentralização, através da municipalização;
- ⇒ transferência de ações e serviços para instituições comunitárias, populares e filantrópicas
- ⇒ a centralização dos gastos sociais em programas seletivos.

Diante do agravamento da questão social em nosso país, o governo federal vem deslocando as ações de enfrentamento da pobreza e da exclusão social para o campo da solidariedade da sociedade civil, ficando apenas com a função de regular a situação econômica. Sendo assim, sua orientação é substituir o assistencialismo pela abertura de perspectivas de desenvolvimento social, com descentralização das ações e maior participação da sociedade. Surgindo os programas Amigos da Escola, Comunidade Solidária e muitos outros em que a ajuda, a caridade e o voluntariado estão em alta.

Diversos autores têm destacado a importância do reconhecimento do Terceiro Setor, entretanto, este se diferencia do Primeiro Setor (Estado), de finalidade pública, e do Segundo Setor (Mercado), de finalidade privada. Conforme mencionado por Montaño (2003, p.53):

Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“Primeiro Setor”), o mercado (“Segundo Setor”) e a “Sociedade Civil” (“Terceiro Setor”). Recorte este, como mencionamos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas a sociedade civil, num conceito reducionista.

Ainda sobre este assunto, enfatiza Salvatore (2004, p.25-27):

[...] o Primeiro Setor tem uma finalidade, um papel a desempenhar que o caracteriza, e ao mesmo tempo, o distingue dos demais.

[...] o Estado, setor público por definição e natureza, deve se pautar pelo princípio da res publica – da coisa pública. [...] o Segundo Setor, pela sua natureza privada e produtiva de bens e serviços, com finalidade lucrativa, em que pesa a modernização das suas estruturas de funcionamento e de gestão [...] obtenção do lucro. [...] Quanto ao Terceiro Setor, a dificuldade inicial está em sua própria definição já que não existe consenso quanto ao seu entendimento. [...] Trata-se de organizações de natureza privada e finalidade pública, portanto sem finalidade de lucro, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população em geral e dos excluídos preferencialmente.

Contudo, a realidade social não pode ser abordada e analisada de maneira fragmentada, pois a realidade não se apresenta em setores, não há uma história do Estado e outra do mercado. Sendo assim, são esferas da mesma da realidade, articuladas, fazendo parte da mesma história, com sujeitos e atores com interesses diferentes que defendem determinados projetos. (Montaño, 2004).

Mas a configuração e o reconhecimento do Terceiro Setor ainda é um processo em construção em que as Organizações do Terceiro Setor, em virtude das inúmeras situações que lhes são impostas, pelo retorno à política de não intervenção estatal e pelo incentivo a privatização dos serviços públicos, são obrigadas a rever suas práticas na tentativa de enfrentar os desafios explícitos na realidade social. Como destaca Costa (2003, p. 98-99):

Por comportar uma diversidade de organizações e uma multiplicidade de ações, e por constituir-se em uma expressão ainda pouco utilizada no Brasil, o Terceiro Setor enfrenta alguns desafios, dentre os quais destacamos a necessidade de maior divulgação sobre o que ele é, como é formado, como se expressa no panorama nacional e na execução de ações de interesse público, sua vinculação com Estado e com o setor Privado, etc. Também são desafios buscar recursos financeiros mais estáveis para sua sustentabilidade e incentivar, mobilizar e criar condições para maior participação de voluntários, tanto na manutenção financeiro das organizações, que o compõem, como no gerenciamento delas e também na execução das atividades junto a população usuária. Mas um dos maiores desafios colocados hoje ao Terceiro Setor, é a melhoria da qualidade e eficiência da Gestão de organizações e programas sociais.

Para Soares apud Coelho (2002, p.11):

Não é uma realidade nova nem pouco importante, ainda que seja precária e bastante recente a consciência que atribui unidade e um sentido relativamente homogêneo às práticas que as abordagens tradicionais identificavam exclusivamente à filantropia ou à solidariedade cívica.

Dessa forma, o Terceiro Setor desde sua origem, tem se fortalecido com a participação de cidadãos (sociedade civil organizada), que buscam intervir na realidade social em áreas específicas, seja ela, na assistência social, saúde, educação..., com o intuito de garantir condições de desenvolvimento integral e humano. Entretanto, a fim de desenvolverem suas ações, muitas organizações estabelecem parcerias e convênios com o Estado (Costa, 2003).

Para tanto, não podemos considerar que a existência das Organizações do Terceiro Setor é a única via possível para a solução de todos os problemas, mas deve ser vista como uma alternativa:

Em função do redesenho do papel do Estado, que tende a deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, passando a fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento, as ONGS passam a assumir papel relevante, mesmo que muitas vezes em parceria com o governo, atuando nas áreas de saúde, educação, preservação ambiental, entre outras. Portanto, postulam beneficiar a sociedade de uma maneira geral e, principalmente, as camadas menos favorecidas economicamente e desprovidas de programas implementados pelas ações governamentais, que estariam praticando políticas de contenção de despesas, principalmente aquelas de cunho social. (MEIRELES; EL-AOUAR, 2002, p. 10)

Nesta perspectiva, não podemos desconsiderar que, mesmo com o crescimento e fortalecimento do Terceiro Setor, este não extingui e nem substitui o papel do Estado, que por sua vez tende a desempenhar sua função que é de absoluta importância. Trata-se então, de se estabelecer uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, caracterizando-a não mais como de tutela, mas sim, como parceria (Costa, 2005).

Embora as organizações do Terceiro Setor venham assumindo a responsabilidade de promover políticas sociais de forma autônoma, mobilizando doadores privados para financiar suas atividades, ressalta-se que o Estado não pode se furtar de alocar

recursos para a realização de projetos por essas entidades. O Estado possui condições mais adequadas para alocar recursos de forma racional e equânime uma vez que detém informações sobre o conjunto da sociedade que permitem, em princípio, compensar as desigualdades regionais de renda e riqueza, apontando as prioridades e evitando que estados e municípios, que possuam menor crescimento econômico e menores investimentos privados no social, sejam prejudicados (FERRAREZI apud COSTA, 2003, p. 92).

3- Os trabalhos de ações sócio-educativas – uma ação complementar à escola

Como já mencionado, o Terceiro Setor atua entre os diversos segmentos, mas neste artigo iremos focalizar aqueles que prestam atendimento ao público infanto-juvenil, em virtude de realizarem ações de caráter preventivo e de proteção, conforme definidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 132-133).

Em decorrência da deficiência do sistema de ensino em dar conta da realidade social e econômica vivida por uma parcela significativa da população infanto-juvenil, surgem os programas de ações sócio-educativas como uma das alternativas e facilidades de acesso aos bens e serviços. Todavia, estes projetos não dão conta de resolver as diferentes situações que lhes são apresentadas no cotidiano, por não ser esta, sua função única e exclusiva. “[...] a proposta educacional das ações complementares não pode reproduzir nem replicar a da escola formal, visto que oferece atividades de outra natureza [...]”. (CENPEC/UNICEF, 2002, p. 59).

Carvalho, M. (2002, p.17) apresenta que:

Já se questiona a escola de tempo integral, propondo-se em seu lugar a jornada educacional de tempo integral. Projeta-se uma escola de tempo parcial conjugada a outros programas e serviços

complementares que ampliem as oportunidades e os estímulos no desenvolvimento infanto-juvenil.

As ações desses programas enfatizam seus objetivos, suas características e as diversas articulações com a comunidade, família, escola, poderes públicos, formando um tripé estratégico. Busca assegurar desenvolvimento integral e a socialização das crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos.

O programa [...] valoriza a riqueza pedagógica das ações complementares à escola realizadas por organizações da sociedade civil. Acreditamos que essa é a parte visível do 'iceberg', capaz de fazer a diferença no cotidiano das crianças e adolescentes. Além disso, queremos tornar visível a 'outra parte do iceberg', evidenciando que a família, o bairro e a comunidade também são importantes espaços de educação. Esses espaços devem estar envolvidos junto com as escolas na educação de crianças, e serão mais valorizadas quanto mais visíveis eles forem dentro das políticas pedagógicas dos municípios. Queremos assegurar, também, que as atividades extracurriculares não corram em paralelo, mas em sintonia com a escola, dentro de um esforço conjunto da sociedade civil e do poder público. (UNICEF– Muitos lugares para aprender, 2003, p.06).

Entende-se que essas ações sociais também são práticas educativas realizadas em períodos alternados ao horário escolar. A clientela atendida por esses programas provém de camadas mais pobres da comunidade, presentes em bairros com poucas oportunidades e serviços destinados à proteção, educação e entretenimento. "As ações complementares a escola se apresentam como um mosaico de propostas, visíveis da diversidade criativa das iniciativas sócio-comunitárias" (PRÊMIO ITAÚ UNICEF – Educação e Participação – Muitos Lugares para Aprender, 2003, p. 1.).

Para GUARÁ (2003) é interessante salientar que tais programas ou qualquer que seja a instituição pode ou consegue isoladamente responder por toda a formação do público infanto-juvenil. No entanto, o fato de desenvolverem ações de natureza educativa segundo um conceito integrado de educação-proteção não autoriza essas organizações a pretender substituir a escola ou sanar os problemas de aprendizagem escolar. Há uma especificidade educativa que compete à escola e que deve ser reconhecida e apoiada.

Trabalhos de ações sócio-educativas apresentam projeto pe-

pedagógico distinto e o maior interesse é que ocorra a socialização, a participação comunitária, a cooperação, o respeito mútuo, o incentivo ao desenvolvimento de autonomia, e, principalmente, a melhoria da qualidade de vida. A intencionalidade é, também, de construir relações afetivas saudáveis e despertar o sentimento de pertença ao grupo social no qual estão inseridos. São instrumentos fundamentais de promoção da equidade e da igualdade social, além de propiciarem aos usuários várias oportunidades e diversidade de atividades assegurando-lhes os direitos garantidos constitucionalmente.

Independentemente de sua área de atuação, a proposta educacional de qualquer programa deve ser direcionada para a conquista gradual da autonomia e da plena cidadania: Uma boa maneira de visualizar essa conquista é promover junto aos educandos hábitos e atitudes de uma saudável convivência social. (CENPEC/ UNICEF, 2002, p. 60)

Em um trabalho desta dimensão, a família assume papel de fundamental importância, devendo ser parceira e partícipe das ações tanto dos projetos como na comunidade e escola, uma vez que a situação de bem estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente ligada à possibilidade de manterem o vínculo familiar estável.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em, seu espaço que são absorvidos os valores ético e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALOUSTIAN 2002, p.11-12)

Entende-se que a família é de fato a base de todo o desenvolvimento emocional da criança. É neste primeiro lugar de convívio que se apresentam os valores, costumes, regras, exemplos que vão sendo internalizados pela criança. Para Szymansk:

Desde Freud, família, e, em especial, a relação mãe e filho, têm aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional, focalizou a família como o lócus potencialmente produtor de pessoas

saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibrada, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento. (apud CARVALHO, M., 1997, p.23).

Assim, o modo que se concretizam as relações familiares é que interferem na formação da identidade pessoal e social deste ser em desenvolvimento que irá compor o processo de construção de identidade. Vitale (1997, p.90) apresenta que:

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora [...]. Tal mundo interiorizado na primeira infância através da socialização primária é fortemente mantido na consciência, e, no decorrer da vida, novas interiorizações ocorrem, é o que chamamos de socialização secundária que facilita a adaptação dos indivíduos a novos papéis.

Logo, a complementaridade com a família, dá-se pela possibilidade do convívio social e estímulo do processo de construção da própria identidade pessoal e grupal, no qual novos vínculos de afetividade e de segurança vão se estabelecendo. Nenhum programa poderá obter êxito se a família, formadora de um dos tripés dos programas complementares, não se fizer presente e ativa. Não será possível contribuir para o desenvolvimento da criança e do adolescente atendido, sem conhecer a realidade social que o núcleo familiar vivencia.

Mas, nem sempre a família é parceira nesta causa; sendo necessário maior orientação para que esta se reconheça como parte importante no processo de construção de identidade de seus filhos. Outro ponto a ser observado é que as mães habitualmente se dedicam mais ao acompanhamento do desenvolvimento dos filhos, as quais geralmente são responsáveis também pelo sustento familiar. É o fenômeno da "feminização da pobreza", conforme denominado pela ONU Comitê:

[...] as famílias ficam, assim, a cargo das mulheres [...] as mulheres são as principais vítimas dos problemas sociais e culturais, e da falta de desenvolvimento. São elas também que, nas situações de miséria, pobreza e desintegração das estruturas sociais, sacrificam seu bem-estar e às vezes a própria vida para sustentar a família. A dissolução de lares ocorrida nos últimos decênios, que deixa as mulheres freqüentemente sozinhas, mas encarregadas de cuidar dos familiares; a dupla carga imposta à

mulher, obrigada a trabalhar e cuidar dos filhos; a falta de proteção às crianças; a escassez de serviços de assistência à infância; e as limitadas oportunidades econômicas oferecidas à mulher são, todos esses, fatores que fizeram com que aumentasse o número de mulheres e crianças em situação de pobreza, e que elevaram a proporção do número de mulheres no total de pobres. (apud KLIKSBURG, 1997, p.39)

Famílias em situação de pobreza atribuem o fracasso escolar de seus filhos como uma “sina” e o sucesso como “sorte” que depende mais das crianças e do adolescente do que da própria família. Dessa forma, passam a ver os programas sócio-educativos, assim como os da educação infantil, mais como garantia de proteção aos filhos, enquanto estão trabalhando, do que uma proposta educativa, não percebendo as oportunidades que estes programas podem oferecer.

São necessárias muitas habilidade e competência por parte dos profissionais que atuam nessa área para que as famílias se percebam sujeitos do processo sócio-educativo de seus filhos e, também tenham acesso a serviços de inclusão social, como projetos de geração de renda, e a outras políticas sociais setoriais (saúde, habitação, etc.).

Outro fator importante é a utilização dos recursos da comunidade, por serem estes canais que precisam ser mobilizados, a fim de se construir uma rede de serviços tanto para as famílias quanto para o público infanto-juvenil. Os cuidados, a socialização, a participação na vida da comunidade são o forte da programação educativa.

A comunidade é o “habitat” da criança que lhe oportuniza viver relações e aprender novas identidades necessárias à formação de referências sobre o mundo da vida e o exercício da cidadania. (MPAS/ SAS/ USP-SP, 1996, p.18).

Os programas de apoio sócio-educativo visam a orientação e o apoio à criança e ao adolescente em seu próprio ambiente de vida, atendendo àqueles que por alguma razão endógena ou exógena, foram ameaçados ou violados em seus direitos de proteção integral. Portanto, o atendimento sócio-educativo vem ganhando importância política, social e jurídica no âmbito de atenção à criança e ao adolescente tendo em vista a proteção integral.

Dessa forma, na área da criança e do adolescente muita coisa tem sido feita para garantir os direitos à infância e juventude. Com os grandes avanços tecnológicos, um dos destaques é o trabalho em rede.

Redes de movimento, redes sociais e redes de solidariedade são expressões que se vinculam aos estudos efetuados no campo dos movimentos sociais. Nesse caso, a rede corresponde a articulações/ interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/ movimentos reivindicatórios (ONGS, associações, sindicatos etc.), visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas. (Fisher, R. 1996, p.56)

A definição de rede pode ser dada de várias formas, mas, sobretudo o que nos interessa é demonstrar que o trabalho em rede amplia as relações pessoais e sociais e articula os diferentes autores comprometidos com as questões da infância e adolescência. “Pode-se definir rede de vários modos. Mas mais importante que definir é entendê-la como uma proposta democrática de realização do trabalho coletivo e de circulação do fluxo de informações, elementos essenciais para o processo cotidiano de transformação social”. (GUARNIERI. Disponível em < http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_out2005.cfm > acesso em 27 out. 2005).

Apresenta ainda que:

Falar de rede não é falar de instituições, mas de um novo jeito de se organizar, atuar, formar parcerias e alianças. Não é estanque: é um movimento, uma outra maneira de responder às necessidades de transformação da vida. É uma forma de se organizar sem hierarquia – horizontal, autônoma, conectada, participativa, colaborativa, cooperativa e democrática. Não se delega representação e não há quem fale por ela individualmente. É uma estratégia para mudar modelos mentais, pois são espaços para experimentação e aprendizagem. (GUARNIERI. Disponível em < http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_out2005.cfm > acesso em 27 out. 2005).

Mas para a execução de um trabalho em rede há necessidade de aprender ou resgatar uma gestão compartilhada, a co-responsabilidade, em que todos se sintam responsáveis e com objetivos em comum. Precisa-se aprender o sentido da complementaridade, com as ações que se integram, articulam-se com um mesmo intuito. A publicização e metodologia participativa com a participação em fóruns, conferências, conselhos... são elementos importantíssimos na ação. Contudo, muitos desafios são colocados à frente de um trabalho em rede como, por exemplo, a apropriação por todos os atores sociais, manter a motivação dos envolvidos e a insuficiência dos recursos.

Construir a rede é algo que se faz dia-a-dia e de momento em momento é vislumbrar um trabalho com ações concretizantes. É introduzir na concepção das pessoas que ninguém é capaz de fazer algo isolado e que a sociedade exige e necessita encontrar formas de organização para atingir um melhor resultado e para transformá-la em uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, atuar em projetos complementares a escola através de ações sócio-educativas e de um trabalho em rede, consiste num grande desafio, onde todos devem se sentir responsáveis pela luta em garantir proteção integral às crianças e adolescentes conforme estabelecido em Lei.

Considerações Finais

A Educação é parte fundamental da constituição da essência humana. Sem ela os sujeitos tendem a perder grande parte de sua humanização, isto é, do sentido e do significado do gênero humano. Sabe-se que a educação é compreendida como toda produção material ou não material do gênero humano que articula-se com o desenvolvimento das faculdades e competências físicas, morais e intelectuais, constituindo modos diversos e múltiplos de pensar, agir e sentir. Neste sentido, subentende-se que a educação ultrapassa a dimensão cognitiva do sujeito, estendendo-se até a subjetividade e a socialização do ser humano.

Na atual conjuntura, temos um Estado omissivo em assumir seu papel de provedor e garantidor das políticas públicas, e principalmente no que diz respeito a educação formal. Muita coisa precisa ser feita para que as crianças e adolescentes não tenham simplesmente acesso, mas tenham também, a possibilidade de desenvolver toda a dimensão humana.

Dessa forma, na tentativa de amenizar tais situações, a sociedade organizou-se gradativamente na posição de defesa dos direitos coletivos, surgindo então as associações, fundações, ONGs, Terceiro Setor...

Independentemente da denominação dada, não podemos negar a existência e o trabalho que vem sendo realizado pelas organizações do Terceiro Setor. Entretanto não podemos ter uma visão heróica

do Terceiro Setor, mas devemos vê-lo como parceiro nas ações que infelizmente nem o Estado, nem o mercado foram suficientes para atender de forma eficaz as necessidades postas pela sociedade.

Assim, as organizações que trabalham na perspectiva de garantia de direitos e acesso aos bens e serviços, como é o caso dos programas de apoio sócio-educativo, vêm ganhando destaque na sociedade, uma vez que vêem a escola, a família e a comunidade como os diferentes espaços que contribuem para a formação da identidade do indivíduo.

Portanto, consideramos que os projetos sociais por propiciarem aos participantes e familiares um atendimento em sua totalidade, acabam sendo uma possibilidade de contribuir para o fortalecimento das relações pessoais e sociais, além de oportunizar o acesso ao lazer, cultura, esporte etc; contrário do que vem ocorrendo no espaço escolar formal, o qual no cotidiano tem vivenciado a evasão de seus alunos, pois muitas vezes não compreendem e não sabem lidar com as inúmeras dificuldades que as crianças e adolescentes apresentam no âmbito familiar, comunitário...

THE SOCIAL-EDUCATIONAL SUPPORT PROGRAMS AND THE THIRD SECTOR

ABSTRACT: The present article has the objective of presenting the reality of the educational system experienced by children and teenagers giving emphasis to those in personal and social risk situation. It brings to the debate the configuration of the Third Sector, characterizing the State's role, concepts, characteristics, etc and finally it describes the social and legal proposals of the social educational support programs carried out in alternated period at school, as a fundamental proposal in children and teenagers lives who experienced countless personal and social risk situations. Considering the family, the school, the project and the community as artifacts in the individual construction process.

KEYWORDS: Education, Third Sector and Social- Educational Support Programs.

Referências

BETTO, Frei. Desafios para nosso empenho educativo. In: *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: Cenpec/ Fundação Itaú Social / Unicef, 1990, p. 105-119.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei nº 8069/90). Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

CARVALHO, Maria do C. B. de. O lugar da família na política social. In CARVALHO, M. do C. B. (org). *A família contemporânea em debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.15-22.

_____. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p.89-96.

Centro de estudos e pesquisas em educação, cultura e ação comunitária – CENPEC/ UNICEF. Construindo uma proposta educacional In: *Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes*. 3ª ed. 2002, p. 59-83.

_____. *Muitos lugares para aprender*. CENPEC, São Paulo, 2003.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2ª ed. São Paulo: ed. SENAC São Paulo, 2002.

COSTA, Selma Frossard. O espaço contemporâneo de fortalecimento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos: o Terceiro Setor em evidência. In: *O desafio da construção de uma atuação gestão atualizada e contextualizada na educação infantil: um estudo junto às creches e pré-escolas não governamentais que atuam na esfera da assistência social, no município de Londrina-PR*. 2003; 233p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo-USP

_____. O Serviço Social e o Terceiro Setor. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>> acesso em 30 mai. 2006.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

GERMANO, José Willington. *Globalização, Reestruturação do Estado e Políticas Neoliberais*. Revista Vivência (CCHLA/UFRN), v.11, jan/dez de 1997. p.123.

GUARÁ, Isa M. F da R. Educação, proteção social e muitos espaços para aprender In: *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: Cenpec/ Fundação Itaú Social/Unicef, 1990, p. 31-45.

GUARNIERI, Maria Cristina de Lourdes. *Rede: novo paradigma*. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_out_2005.cfm> acesso em 27 out. 2005.

KALLOUSTIAN, Silvio Manoug (org). *Família Brasileira a base de tudo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2002.

KLISBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

MEIRELES, Elisângel Cabral de; EL-AOUAR, Walid Abbas. *O desafio das ONGS ante a minimização do papel do Estado no cenário global*. In: Caderno de Pesquisa em Administração n.3, v.09. São Paulo: julho/setembro, 2002. p.10.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003

PASTORINI, Alejandra. *Quem mexe os fios das Políticas Sociais? Avanços e Limites da Categoria "Concessão-Conquista"*. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.53. São Paulo: Cortez, 1997. p.82.

Rodrigues, Mariane D.; Vasconcelos, Vanessa C. de. *Os programas de apoio sócio-educativo...*

SALVATORI, Vilu. A racionalidade do Terceiro Setor. In: *TERCEIRO SETOR-Planejamento & Gestão*. 2004, p.17-34.

SILVA, Ademir Alves da. *As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social*. IN: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. p.69.

SZYMANSKI, Heloiza. Teorias e teoria de família. In: CARVALHO, M.do C.B. de. (org). *A família contemporânea em debate*. 4º ed. São Paulo: EDUC, 1997, p. 23-27.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs, Principais Funções Gerenciais*. 5 ed., São Paulo: FGV, 2001.

VASCONCELOS, Vanessa Cristina de. *As diferentes formas de crianças e adolescentes vivenciarem as situações de risco: uma perspectiva fenomenológica*. 2004; MONOGRAFIA (Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais), Universidade Estadual de Londrina – UEL.

VITALE, Maria A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In. CARVALHO, M. do C. B de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p.89-96.

SILVA, Ademir Alves da. *As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social*. IN: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. p.69.

SZYMANSKI, Heloiza. Teorias e teoria de família. In: CARVALHO, M.do C.B. de. (org). *A família contemporânea em debate*. 4º ed. São Paulo: EDUC, 1997, p. 23-27.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs, Principais Funções Gerenciais*. 5 ed., São Paulo: FGV, 2001.

VASCONCELOS, Vanessa Cristina de. *As diferentes formas de crianças e adolescentes vivenciarem as situações de risco: uma perspectiva fenomenológica*. 2004; MONOGRAFIA (Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais), Universidade Estadual de Londrina – UEL.

VITALE, Maria A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In. CARVALHO, M. do C. B de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p.89-96.